



## Censura na lei e na marca: como a ditadura quis calar as narrativas sobre suas violências

São Paulo: Humanitas, 2013.  
284 p.

Eloísa Aragão

Maria Claudia Badan Ribeiro<sup>1</sup>

Publicada pela Editora Humanitas, a dissertação de mestrado de Eloísa Aragão, desenvolvida junto ao Departamento de História Social da USP, chega às livrarias. Com o título *Censura na lei e na marra: como a ditadura quis calar as narrativas sobre suas violências*, a autora procurou desvendar como aquela “era da violência” engendrou e, ao mesmo tempo, interrompeu a produção de uma literatura de forte conteúdo social e de denúncia contra a ditadura civil-militar.

Concentrando sua análise no romance *Em câmara lenta* de Renato Tapajós, publicado pela Alfa-Omega em maio de 1977, Aragão se preocupou em demonstrar as diferentes etapas atravessadas pelo projeto do livro: sua produção, publicação, difusão e interdição pelo governo militar.

Renato Tapajós, como constata a autora, foi o único escritor preso durante o governo de Ernesto Geisel, presidente-militar que acenava com a possibilidade de uma abertura política “lenta, gradual e segura”, mas que tinha como ministro da Justiça um personagem que, se invariavelmente “nada tinha a declarar”, se orgulhava em manter suas tesouras firmes. “Comigo a tesoura funcionou sem tremer a mão”, era o que costumava dizer Armando Falcão, que comandou a censura no Brasil entre os anos de 1974 e 1979<sup>2</sup>.

Sendo os originais de *Em câmara lenta* escritos no ano de 1973 no interior do presídio do Carandiru, quando seu autor ainda respondia a processo na Justiça Militar, esse estudo mostra que, se a revolução não se fez em palanque,

o cárcere esteve também longe de ser um túmulo de silêncio. Um minucioso processo de escrita em papel de seda, transporte sob a língua em forma de cápsulas, decodificação por lupa e datilografia realizada com a ajuda de familiares foram os elementos necessários e desafiadores para a construção do livro, paradoxalmente alcançando recorde de vendas para a época antes de seu recolhimento ser decretado pelo governo militar, em agosto de 1977.

Mais desafiador, no entanto, foi encontrar um editor – Fernando Mangarielo – disposto a colocar o livro em circulação (em 1977 ainda vigorava a censura), após as infrutíferas tentativas de Renato Tapajós nos seus dois primeiros anos de liberdade condicional (ele havia deixado a prisão em 1974).

Apesar da censura imposta, Eloísa Aragão revela em seu trabalho o expediente utilizado na época para dar “sobrevida” ao livro: os “segredos de balcão”. Para driblar o confisco, valia a distribuição dos exemplares em diferentes lugares, a venda sem nota fiscal, pagamentos à vista, sem falar nas fotocópias do original, que passaram de mão em mão. Três mil exemplares foram esgotados, como afirma a autora, entre maio e agosto de 1977, em decorrência dos “1.200 sócios anônimos” ganhos por Fernando Mangarielo<sup>3</sup>. A rede de contatos e simpatizantes para a saída dos exemplares funcionou de maneira ágil, potencializada com a prisão do escritor, que, ganhando repercussão na imprensa brasileira e estrangeira, gerou protestos e maior demanda pelo livro. Solidariedade para “além das dimensões empresariais e políticas”<sup>4</sup>, como ela afirma – o que, aliás, sustentou grande parte da militância política da época<sup>5</sup>.

Outras tesouras também existiram ao largo desta triste história, sempre sob a alegação de que os livros e seus escritores conspurcavam a honra do exército, desmoralizavam os homens políticos e atentavam contra a moral e os bons costumes<sup>6</sup>. Se, por um lado, a censura agia dentro de férreo espartilho mental, os críticos literários também não pouparam o livro de Renato Tapajós das ácidas críticas relacionadas à sua estética frágil, à precariedade estrutural da obra e mesmo à sua “deselegância ideológica”<sup>7</sup>.

Mesmo que a censura tenha atingido muito mais duramente o teatro, a televisão e o cinema, 1975 aparece em pesquisas recentes como o ano em que menor margem de liberdade se deu à literatura nacional<sup>8</sup>. E *Em câmara lenta* parece ter sofrido as consequências desta censura por este e outros motivos que Eloísa Aragão muito bem apontou em seu trabalho.

No universo conhecido de obras sobre o período, o livro de Renato Tapajós é a primeira obra ficcional sobre a luta armada. A ousadia de um expreso político não poderia ser tolerada, ainda mais ao denunciar, como em uma “câmara lenta”, a tortura praticada pelo regime<sup>9</sup>.

Embora o autor defenda que a ideia do romance era realizar uma reflexão sobre os acontecimentos políticos que marcaram o país durante a dita-

dura e sobre as contradições da esquerda armada, ele afirmou: “é claro que o romance é também uma denúncia da violência repressiva da tortura, porque ninguém pode escrever com um mínimo de honestidade sobre política em nosso país, nesse período, sem falar de tortura e de violência policial”<sup>10</sup>.

Muito além de tentar explicar a “incompreensão da obra” pelos intelectuais de sua época, Eloísa Aragão foi bastante feliz em mostrar a intenção de seu autor. Para a pesquisadora, a escrita do romance é inseparável da sensação de perda e de desilusão política. Só podemos entendê-lo dentro de uma situação limite, e aí está o seu valor histórico. Como afirmou Walter Benjamin, a obra não deve trair o seu momento histórico<sup>11</sup>, mas, ao mesmo tempo, não é redutível a ele. Eis aí o seu poder simbólico e transcendente; o mesmo poder que encerram experiências como as vividas por Joseph Beuys, artista alemão sobrevivente de guerra<sup>12</sup>, ou o relato pormenorizado das torturas infligidas a Henri Alleg, jornalista e anticolonialista francês<sup>13</sup>.

Foi exatamente este poder que Eloísa Aragão foi buscar na narrativa de *Em Câmera Lenta*, mostrando suas nuances, e a energia despendida em sua produção. A denúncia contra o regime militar no Brasil e na América Latina se serviu justamente da literatura de *testimonio* para narrar suas tragédias, análogas aos fatos reais ou deles nascidas. Para Eloísa, o romance de Renato Tapajós evoluiu como catarse e se refletiu como metáfora. Memória que surgiu, como imperativo social e moral no do século XX, segundo o historiador Henry Rousso<sup>14</sup>. Se a literatura de testemunho devia trazer um protesto, uma denúncia, as elaborações romanescas e altamente sofisticadas acabavam então, por outro lado, como conforme defendeu Ana Maria Machado, “sendo um luxo que nem sempre merecia muita atenção no calor dos acontecimentos, que exigiam uma posição firme e definida, clara, direta, acessível à leitura fácil de todos os leitores”<sup>15</sup>.

Esse não é o caso, portanto, de *Em Câmera Lenta*. Sua leitura não é fácil, e nem sua estrutura, é rudimentar. Se na narrativa há um bom número de fatos reais, há boa dose de literatura também, capaz mesmo de ganhar elogios e reconhecimento do promotor militar que a classificou comode “harmoniosa e absorvente”, embora atentatória aos interesses nacionais.

Como bem mostrou a autora, a ênfase de Renato Tapajós não foi o concreto documental; sua narrativa é simbólica, onírica, fragmentária, fruto da catástrofe e da experiência extrema de um narrador que sabe que “os mortos não são todos iguais”. O mais interessante, no entanto, que ficou demonstrado de maneira tímida na pesquisa de Eloísa, foi a atuação discrepante da ditadura, quando inexistia um padrão *tout court* a ser seguido, quer nos processos judiciais, quer na instrução de culpa, quer na condenação dos réus, ou na apreensão de material considerado “subversivo”. Mesmo sua face “legal” e

contraditória era fruto de manipulação. Ditadores que faziam esforços para demonstrar que tinham apreço pelas fórmulas democráticas. “Apreço” que levava Armando Falcão, Ministro da Justiça – que vetou a circulação de *Em Câmera Lenta* – a defender a renovação partidária pelo “desaparecimento dos partidos”, afirmando ainda que defendia o Pacote de Abril inspirado em “interesse público relevante” – quando o público (povo) estava excluído dos processos decisórios –, e que se orgulhava de dizer que a ditadura só havia existido “na imaginação facciosa e incandescente dos inimigos”.<sup>16</sup>

Como a autora afirma, os “critérios foram sendo inventados à medida que das siuspeitas se passava à concretização das buscas.<sup>17</sup> O tacão militar era um grupo forte em armas, mas vazio em ideias. Aparentemente, “incapaz” portanto, em sua obsessão ideológica anticomunista, como mostra a autora, de compreender que o livro *Em Câmera Lenta* *Em câmara lenta* discorria sim sobre a guerrilha armada, pois seu autor havia sido um de seus protagonistas, mas seu teor era de crítica a esta prática, assunto que já vinha sendo, aliás, discutido, aliás, no interior da prisão pelo escritorpor Tapajós.

Foi preciso convocar o professor Antonio Candido como perito no processo, para que pudesse declarar que o livro não era *incitamento à guerrilha*, apoiando seu parecer nas características polissêmicas do texto literário e no seu vasto e profundo conhecimento da matéria. O *cinismo* – não do tipo filosófico – foi, portanto, a grande tônica do regime, que agia face aos “atos de teimosia da oposição”, como foi o caso da publicação do livro de Renato Tapajós, ou esmagando “baratas”, como afirmou o coronel Erasmo Dias em 1977. Sua dose de descaramento não teve limite: podia ser um suicídio forjado, uma notícia falsa plantada na “grande imprensa”, a apreensão inicial de um clássico marxista, que depois iria compor o catálogo de livros permitidos no interior dos presídios<sup>18</sup>.

Sua incongruência não tornou, entretanto, a ditadura menos feroz. O regime militar não foi força bruta e desordenada; No limite, eram *boçais*, conforme descreveu um antigo entusiasta, já no exílio, Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*. Foi um aparelho bem montado que decretou o crime de opinião e vigiava as consciências através de um aparato eficiente de inteligência, chefiado pelo general Golbery de Couto e Silva, por sinal, ministro-chefe da Casa Civil no governo de Ernesto Geisel<sup>19</sup>.

O livro estudo de Eloísa Aragão atinou para a “outra face da revolução redentora”. A, aquela em que, em suas margens ou nos espaços deixados pelo seu próprio *modus operandi*, o chamado “*jus esperniandi*” (o direito de espernear) foi levado ao extremo, principalmente pelos advogados de presos políticos<sup>20</sup>. Um esperneio, porém, discreto, numa linguagem amenizada, evitando-se enfrentamentos diretos, sempre na esperança de sensibilizar ministros através da

“fumaça do bom direito”<sup>21</sup>. Essa era, como afirma Eloísa, “a marca da sujeição às contingências do quadro da época”, ou, conforme preferiu caracterizar Aldo Lins e Silva, (advogado de defesa de Renato Tapajós), no seu arrazoado final, “um período difícil para a nacionalidade”<sup>22</sup>, suavizando a tirania de governo. “Zelo e sutileza para estabelecer a comunicação”, diplomacia para abrandar as penas. E, como último recurso, tentar enquadrar o “crime” na Justiça comum para escapar da Lei de Segurança Nacional<sup>23</sup>.

Uma observação, contudo, deve ser feita à pesquisa. Em raros casos houve clemência ou remorso por parte da repressão, agindo como fator de resultando em absolvição ou comutação de pena. A leitura, se não equivocada, leva a sugerir que a absolvição do escritor, foi realizada nesta base<sup>24</sup>.

A repressão não perdoava aos quem desafiassem suas forças. A obtenção da liberdade provisória não era a garantia de interrupção do monitoramento dos militantes por parte da polícia, e o comparecimento semanal de ex-presos políticos ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops) era, medida obrigatória da ditadura.

Nem os “arrendidos” foram poupados, ainda que acreditando terem fim seus suplícios ao entregarem informações valiosas à polícia. Seus processos, portanto, continuaram a correr na esfera judicial. Nem sempre também o prestígio, a notoriedade do preso político, ou os contatos de sua família no interior do regime, foram condição de bom tratamento ou de exclusão do processo<sup>25</sup>.

A ditadura era uma máquina bem montada. Ministros dos tribunais superiores eram indicados por um critério bastante claro: ao serem convidados pelo ministro da Justiça a ocuparem o governo, deveriam esboçar seu pensamento sobre “a revolução de 1964”<sup>26</sup>. Os interrogatórios muitas vezes chegavam prontos, “bastando apenas” que fossem assinados pelos presos sob tortura. A ausência de provas imperava nos exames mais técnicos e menos apaixonados nas instâncias superiores da Justiça ou no Supremo Tribunal Militar. A isso se deve, provavelmente, a absolvição dos réus, e não a uma “casa militar compungida” por “excessos” praticados. Poderia ser mais uma fumaça do bom direito soprando, como afirmou Eloísa, ou um tênue respeito de uns poucos pela toga<sup>27</sup>. Mas fazia parte, sobretudo, do tipo de ditadura que foi implantada no Brasil e, também, de sua forma de atuar.

Por tudo isto exposto, o livro de Eloísa Aragão cumpre papel importante e indica também que a história deste passado continua a nos inquietar. A luta para recuperar esta memória é, também, como afirmou Renato Franco, uma luta contra a censura, que “corta os vínculos com o passado e suprime a historicidade dos fatos”<sup>28</sup>.

A realidade de um povo não pode ser inacessível à história, sob o risco de ser continuamente obliterada, e seus erros, justificados sempre “enquanto

vontade da nação”. Lutamos para que as narrativas futuras não sejam as mesmas de Renato Tapajós e de Henri Alleg, quando este último escreveu:

Nesta imensa prisão superpovoada, onde cada cela abriga um sofrimento, falar de si mesmo é uma indecência. Ao rés do chão fica a “divisão” dos condenados à morte. Eles estão aqui, cerca de oitenta, com os pés acorrentados, esperando sua graça ou o seu fim. E é sob este ritmo que todos nós vivemos [...]. Tudo isso, eu sei, eu vi, eu ouvi. Mas quem contará todo o resto? [...] É necessário que eles saibam, entretanto, o que se faz aqui EM SEU NOME...<sup>29</sup>

## NOTAS

<sup>1</sup> Pós-doutora pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina (Iheal/Sorbonne) – bolsista Capes (Proc. n. 9593-11-0), doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), e mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Contato da autora: mariaclaudia\_badanribeiro@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 355.

<sup>3</sup> ARAGÃO, Eloísa. *Censura na lei e na marra: como a ditadura quis calar as narrativas sobre suas violências*. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 86.

<sup>4</sup> ARAGÃO, Eloísa. *Op. cit. Ibid.*, p. 89.

<sup>5</sup> Cf. RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN*. 2011. Tese de doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26042012-163246/>>. Acesso em: 02 out. 2013.

<sup>6</sup> Cf. a respeito: FRANCO, Renato., *Itinerário político do romance no pós-64 – A Festa*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998; SILVA, Deonísio da. *Nos bastidores da censura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1984; e SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>7</sup> ARAGÃO, Eloísa, *op. cit.*, p. 188 e segs.

<sup>8</sup> No livro de Sandra Reimão, a pesquisadora chega não só a indicar estes números, como afirma que, quanto mais público uma determina produção cultural pudesse ter, mais ela seria alvo de censura. REIMÃO, Sandra. *Repressão e Resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp, 2011. Cf. também MAUÉS, Flamarion. “Livros Censurados durante a ditadura”. *Teoria e Debate*, Edição n.º 96, 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <[www.teoriaedebate.org.br/estantes/livros/repressao-e-resistencia-censura-livros-na-ditadura-militar?page=full#sthash.AmzDxg4q.dpuf](http://www.teoriaedebate.org.br/estantes/livros/repressao-e-resistencia-censura-livros-na-ditadura-militar?page=full#sthash.AmzDxg4q.dpuf)>. Acesso em: 10 set. 2013.

<sup>9</sup> Mesclando talento literário à intensa e constante fragmentação e repetições, ao nível do texto, Renato Tapajós faz alusão, em sua personagem *Ela*, ao martírio vivido

por Aurora Maria Nascimento Furtado, militante da ALN, assassinada na tortura, em setembro de 1972, com a chamada “coroa de cristo” (um torniquete utilizado para esmagamento do crânio). O resultado não poderia esperar: a apreensão da obra e prisão preventiva decretada contra o autor em após pouco mais de um mês do lançamento de seu livro.

<sup>10</sup> TAPAJÓS, Renato. *Em Câmaera Lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 10-11.

<sup>11</sup> BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>12</sup> Joseph Beuys (1921-1986) foi um intelectual de esquerda, artista plástico, pacifista, fundador da organização pela Democracia Direta e cofundador do Partido Verde. Integrante, na juventude, da Força Aérea Alemã, para a qual se alistou durante a Segunda Guerra Mundial, teve seu avião alvejado pelos soviéticos durante uma missão na Crimeia. Seu avião caiu, e Beuys foi resgatado pelos habitantes locais, tendo sido recoberto com feltro e gordura para sobreviver ao intenso frio. Este incidente mudou sua vida. Sua experiência pessoal, portanto, é norteadora de sua obra, feita a partir dos dois elementos que o salvaram e da solidariedade das pessoas contra as quais lutava. Para o artista, as mudanças na estrutura social e política do mundo aconteceriam somente através da arte. Por isso, a arte, para Beuys, era indissociável da política. Cf. BORER, Alain. *Joseph Beuys*. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

<sup>13</sup> Em *La question*, livro escrito clandestinamente por Alleg na prisão, o rigor da forma tinha importância capital para a denúncia que seu escritor fazia. Era a primeira vez que alguém denunciava o Exército francês pela prática de tortura na Argélia. Fazendo uso de elemento oposto a alegorias e metáforas, e através de uma narrativa seca, precisa, sem *páthos*, Alleg deixou um testemunho para a história.

<sup>14</sup> ROUSSO, Henry. *La dernière catastrophe: l'histoire, le présent, et le contemporain*. Paris: Gallimard, 2012.

<sup>15</sup> MACHADO, Ana Maria. “Da resistência à transição; a literatura na encruzilhada”. In: SOSNOWSKI, Saul; SCHWARTZ, Jorge (org.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 82.

<sup>16</sup> FALCÃO, Armando, *Op. cit.*, p. 267 e 351.

<sup>17</sup> ARAGÃO, Eloísa. *Op. cit.*, p. 25.

<sup>18</sup> IDEM, *IBIDEM*, p. 48.

<sup>19</sup> Cf. REALI Junior. *Às mMargens do Sena*. São Paulo: Ediuoro, 2007; e BIROLI, Flavia. “Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 25, n.º 41, jan./jun. 2009, p. 269-291.

<sup>20</sup> ARAGÃO, Eloísa. *Op.cit.*, p. 140.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem.*, p. 142.

<sup>22</sup> *Idem, ibidem*, p. 143.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 136-137.

<sup>24</sup> Refiro-me ao conteúdo da página 179, onde o tempo de prisão e a tortura parecem ter servido como atenuantes para a absolvição de Renato Tapajós em sua segunda prisão. Essa informação não fica demonstrada nem no processo referente a Renato Tapajós nem no depoimento dos entrevistados pela autora.

<sup>25</sup> Mesmo no meio militar, temos exemplos de como o regime funcionava. O general Taurino de Resende, por exemplo, Comandante da 8ª Região Militar sediada em Belém, teve seu filho, Sérgio Resende, preso por ordem do general Justino, comandante do IV Exército. Nada pôde fazer, porém, em defesa de seu filho. Há outros exemplos de militantes cujas famílias conservavam relações ou graus de parentesco com os homens do regime se viram totalmente desamparados, no momento de suas prisões, como Nelson Luiz Lott de Moraes da Costa, Diva Maria Burnier e Aldo de Sá Brito.

<sup>26</sup> FALCÃO, Armando, *Op.cit.*, p. 361.

<sup>27</sup> Em pelo ao menos 80 processos contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), consultados no Acervo Brasil Nunca Mais no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp), apenas dois juízes solicitaram, com bastante atraso, exame de corpo de delito para as denúncias de casos de tortura.

<sup>28</sup> FRANCO, Renato. “Censura e modernização cultural à época da ditadura”. *Perspectivas*, São Paulo, 20/21: 77-92, 1997/1998, p. 85.

<sup>29</sup> ALLEG, Henri. *La question*. Éditions de Minuit, Paris : Éditions de Minuit, 1958. Tradução nossa: “«Dans cette immense prison surpeuplé, dont chaque cellule abrite une souffrance, parler de soi est comme une indécence. Au rez-de-rez-de-chaussée, c'est la ‘division’ des condamnés à mort. Ils sont là quatre-quatre-vingts, les chevilles enchaînées, qui attendent leur grâce ou leur fin. Et c'est à leur rythme que nous vivons tous [...] Tout cela, je le sais, je l'ai vu, je l'ai entendu. Mais qui dira tout le reste ? [...] Il faut qu'ils sachent pourtant ce qui se fait ici EN LEUR NOM”».